

continuação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Lucro antes do IR e da CS	13.315	20.276
Alíquotas nominais	- 34%	- 34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(4.505)	(6.894)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	4.601	-
Tributos diferidos não reconhecidos	-	(54)
sobre diferidos Temporárias	-	-
Tributos diferidos não reconhecidos	-	-
sobre prejuízos fiscais	(6)	(5)
Parcela isenta	-	24
Deduções	-	168
IRPJ e CSLL apurados	-	(6.761)
Imposto de renda	-	(4.105)
Contribuição social	-	(1.547)
IRPJ e CSLL diferido	-	(1.110)
Imposto de renda	-	(816)
Contribuição social	-	(294)

18. Receita líquida de prestação de serviços:

Consolidado	2021
Prestação de serviços - terceiros	55.308
Prestação de serviços - partes relacionadas (nota 9)	2.804
Impostos sobre serviços - ISS	(1.743)
Programa de integração social - PIS	(919)
Contribuição para o financiamento da segurança social - COFINS	(4.233)
Receita líquida	51.217
19. Despesas por natureza:	
Mão-de-obra e encargos	17.095
Energia elétrica	2.198
Encargos de depreciação, amortização	4.117
Serviços de terceiros	3.387
Materiais diversos	3.722
Outras despesas (gastos gerais)	1.18
Custo total das vendas e despesas administrativas	32.397

20. Outras receitas e despesas operacionais líquidas:

Consolidado	2021
Outras receitas	2021
Venda de sucatas, alugueis, baixa de ativos e outros	843
Reversão de provisão, recuperação despesas	41
(-) PIS/COFINS/ICMS	(78)
	896
21. Receitas e despesas financeiras:	
Juros sobre empréstimo/financiamento	- (136)
Desconto concedido	(57)
IOF s/operações financeiras	(23)
Tarifas bancárias	(16)
Juros/multas sobre impostos	(1)
Partes relacionadas	(57)
Outras despesas	(1)
Total do custo financeiro	(290)
Descontos obtidos	-
Juros recebidos	1 111
Receita financeira de aplicações financeiras	- 794
Total da receita financeira	1 905
Variações monetárias e cambiais, líquidas	- 45
Resultado financeiro, líquido	1 660

22. Seguros - Consolidado: A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado, sujeitos a riscos, e por montantes considerados pela Administração suficientes para fazer frente a eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. As informações relativas a seguros não foram auditadas pelos auditores independentes. A suficiência de cobertura dos seguros não é auditada.

Natureza	Vigência	Cobertura
Edificações/instalações - Operador Portuário	07/08/2021 à 07/08/2022	1.000
Edificações/instalações e equipamentos	11/07/2021 à 11/07/2022	183.990
Estoque de terceiros	11/07/2021 à 11/07/2022	338.000
Máquinas	29/05/2021 à 29/05/2022	804
Responsabilidade Civil	24/06/2021 à 24/06/2022	7.000
Veículos	10/03/2021 à 10/03/2022	3.500
		534.294

Ayrton Carlos Berg Junior	Fernando Fernandes Nardine	Mocair Meneguetti	Ronaldo Magno Baggio	Tácito Octaviano Barduzzi Junior	Gilberto Francisco Pacheco
Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	Diretor	Contador CRC/PR 041560/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Quotistas CPA Holding Participações S.A. e sua controlada CPA Holding Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CPA Holding Participações S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPA Holding Participações S.A. e da CPA Holding Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes

previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível

de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou con-

dições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 1 de abril de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/O-5
Gabriel Perussolo
 Contador
 CRC 1PR057146/O-0

CPL - Central Paranaense de Logística S.A.
 CNPJ nº 12.127.733/0001-70

Relatório da Administração - 2021
 Em cumprimento às disposições vigentes da legislação societária, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas os documentos relativos às Demonstrações Financeiras da CPL - Central Paranaense de Logística S.A., compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Sarandi, 05 de abril de 2022.
Paulo Meneguetti - Diretor Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	1.331	1.336	Obrigações tributárias	1	-
Impostos a recuperar	47	46	Patrimônio líquido (Nota 5)	7.100	7.100
	1.378	1.382	Prejuízos acumulados	(5.723)	(5.718)
				1.377	1.382
Total do ativo	1.378	1.382	Total do passivo e patrimônio líquido	1.378	1.382

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2021
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: (a) Considerações gerais: A CPL - Central Paranaense de Logística S.A. ("Companhia") foi constituída em 25 de maio de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo por objetivo social o transporte dutoviário de álcool e outros derivados de petróleo. A Companhia se encontra em fase pré-operacional, visto que está em fase de elaboração de estudos, projetos e licenças ambientais para futura construção dos dutos. Para obtenção da licença prévia foi definido o traçado, verificando em quais cidades passará o dutovia, geoprocessamento, elaboração do EIA-RIMA e audiência públicas nos principais municípios explicando para a população como é o funcionamento e impacto ambiental com a construção do poliduto. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis.** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • **Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modo de negócio da entidade para geração dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Atualmente os ativos são classificados ao custo amortizado. **2.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.4.3; Mensuração:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

são registrados como despesas no resultado. Os ativos financeiros com derivatos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **2.4.4 Impairment:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de imparment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **2.5. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. **2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.7. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **3. Caixa e equivalentes de caixa**
 Caixa e bancos
 1.329 1.335
 1.331 1.336
 O saldo de bancos compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os Certificados de Depósitos Bancários estão indexados pela variação de 94% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), são sujeitos a variação insignificante de valor juros e podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de imposto de renda. **4. Imobilizado:** Em 2018, foi registrada provisão (impairment) do imobilizado em andamento no valor de R\$ 4.157 mil. Essa provisão foi constituída pela administração após a avaliação do momento atual e da ausência de expectativa da efetivação do projeto dos dutos. Uma eventual mudança no cenário econômico ou de negócios essa a provisão será revertida. **5. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro 2021 e 2020 a Companhia possui 8.798.916 ações totalmente integralizadas que corresponde a um capital social no valor de R\$ 7.100. **(b) Quantidade de ações**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Receitas e (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 6)	(55)	(49)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(55)	(49)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 7)	-	-
Receitas financeiras (Nota 7)	51	36
Variações monetárias líquidas	(1)	2
	50	38
Prejuízo antes dos impostos e das contribuições	(5)	(11)
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(5)	(11)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	(5)	(11)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(5)	(11)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	7.100	(5.707)	1.393
Prejuízo líquido do exercício	-	(11)	(11)
Em 31 de dezembro de 2020	7.100	(5.718)	1.382
Prejuízo líquido do exercício	-	(5)	(5)
Em 31 de dezembro de 2021	7.100	(5.723)	1.377

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos e contribuições	(5)	(11)
Ajustes de		
Variação nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	(1)	9
Outros componentes do resultado abrangente	1	(1)
Caixa aplicado nas operações	(5)	(3)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(5)	(3)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(3)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	1.336	1.339
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	1.331	1.336

6. Despesas por natureza

	2021	2020
Serviços de terceiros	48	43
Outras despesas (gastos gerais)	7	6
Total das despesas administrativas	55	49

7. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receita financeira de depósitos bancários	51	36
Variação monetária	(1)	2
Resultado financeiro	50	38

8. Imposto de renda e contribuição social: (a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	(4)	(11)
Alíquotas nominais	24%	24%
Tributos diferidos reconhecidos	(1)	(2)
tributos diferidos não reconhecidos	-	-
sobre diferenças temporária	1	2
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	-	-
IRPJ e CSLL apurados	-	-

9. Provisão para contingência: A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo trabalhista, tributário e cível, conforme relatório circularizado com Advogados, sendo assim não consta nenhuma provisão para contingência reconhecida nas demonstrações financeiras e nem em notas explicativas.

CONTADOR
 Gilberto Francisco Pacheco - CRC/PR 041560/O-0

DIRETORIA
 Paulo Meneguetti - Diretor Presidente
 Ayrton Carlos Berg Junior - Diretor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 José Paulo Fernandes - Diretor

Aos Administradores e Acionistas CPL - Central Paranaense de Logística S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CPL - Central Paranaense de Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPL - Central Paranaense de Logística S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessá-

rios para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade da supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maringá, 01 de abril de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
 CRC 1PR057146/O-0
Gabriel Perussolo
 Contador
 CRC 2SP000160/O-5

Jose Carlos de Almeida Machado, brasileiro divorciado, contador, inscrito no CPF sob nº650155509-44 e Registro Geral RG 4.016.262-3 PR vem a público para fins de Direito, comunicar o EXTRAVIO da CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) CTC N°125/2011., referente a matrícula funcional sob n°13029, lotado na Secretaria de Fazenda do Município de Maringá PR.

EXTRAVIO DE CNH
MIGUEL ALEXANDRE DE ARAUJO, estabelecida na cidade de Maringá - PR, na Rua Joaquim Nabuco, 436 Zona O4, CEP- 87014-100, portador do RG- 3474933-0. CPF- 517.865.599-00, CNH- 01811121430, comunica o Extravio da sua CNH, conforme B. O. N 2022/343304, tornando sem efeito o mesmo com essas publicações. Maringá, 05, 06 e 07 de abril de 2022.

SÚMULA DE REQU

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/43DE-D7F1-C4D9-4D32> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 43DE-D7F1-C4D9-4D32



Hash do Documento

747D4B384325DD67BB609934C564DA34B7FBA5323E77BD5B71B6BCB466B789A5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/04/2022 é(são) :

angelo Lugoboni - 061.612.029-05 em 05/04/2022 08:10 UTC-03:00

Nome no certificado: Catedral Editora Comunicacao Propaganda E Pesquis

Tipo: Certificado Digital - CATEDRAL EDITORA COMUNICACAO PROPAGANDA E PESQUIS - 34.263.987/0001-59

